

A “CURA GAY” E A VERDADE EM DISPUTA: Reflexões preliminares a partir da Psicanálise

Eixo Temático 28. Ofensivas Antigênero: Atores, Dinâmicas e Políticas

Gelberton Vieira Rodrigues ¹

RESUMO

Buscando fundamentos epistemológicos na Psicanálise, objetiva-se na discussão aqui realizada analisar estratégias políticas relacionadas ao fenômeno da “cura gay” no Brasil a partir de uma pesquisa documental acerca da sexualidade e de sua relação com a constituição das identidades político-sociais. Mais especificamente, analiso a Audiência Pública chamada “O direito de deixar a homossexualidade”, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados de Brasília em 2015. Como resultados preliminares, a hipótese de uma suposta “verdade” sobre a homossexualidade é criticada e, nas considerações finais são apresentados possíveis avanços e estratégias para a resistência aos discursos da “cura gay”, com ênfase no discurso da laicidade.

Palavras-chave: Sexualidade, Psicanálise, Cura-Gay, Identidade, Política.

INTRODUÇÃO

É segredo, é vergonhoso, é pecaminoso, é melhor negar e esconder. É certo que tais afirmações muitas vezes aparecem ligadas a experiências de desejo homoerótico em sociedades onde historicamente estas experiências têm sido alvo de violências de diversas ordens. Embora haja a secularização da sociedade, há também em curso uma batalha moral sobre a “verdade” da sexualidade humana, em que discursos religiosos

¹ Psicólogo e mestre em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e doutorando em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus Sorocaba/SP. Professor da Universidade de Sorocaba (UNISO). gelbertonrodrigues@gmail.com

buscam o aval da “ciência” e até mesmo do direito para legitimar seus ideais tradicionalistas e reacionários. É nesta direção que, em nome de uma suposta psicologia, argumenta-se sobre o direito de “tratar” a homossexualidade, e, por outro lado, apresentam-se aqueles e aquelas que buscam tais “tratamentos”, demonstrando seu preconceito inclusive no modo como relacionam-se consigo mesmos.

No contexto desta disputa, e, partindo de uma provocação foucaultiana sobre os mecanismos produtivos do poder, tais como os discursos, busco fundamentos epistemológicos no esteio da Psicanálise com o objetivo de analisar estratégias políticas relacionadas ao fenômeno da “cura gay” no Brasil a partir de uma pesquisa documental. Mais especificamente, analiso a Audiência Pública chamada “O direito de deixar a homossexualidade”, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados de Brasília em junho de 2015, a partir da solicitação do deputado e pastor evangélico Marcos Feliciano².

Tais estratégias demandam um olhar crítico para que possamos com nossas discussões epistemológicas alcançar o objetivo maior que faz fundo para a discussão: a apresentação e a (re)elaboração de ferramentas conceituais que tornem mais complexos nossos embates políticos na Psicologia e, de modo mais amplo, que possam contribuir com nossas estratégias políticas e discursivas na resistência frente às ofensivas antigênero da contemporaneidade.

A suposta “cura gay” no Brasil

“Não há cura para o que não é doença”, este é o *slogan* principal das campanhas promovidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia no Brasil em defesa de sua resolução 01 de 1999 desde 2011, quando foi apresentado um projeto de Lei³ que propunha sustar seus artigos que proibiam que profissionais da psicologia colaborassem com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. A referida resolução “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”, restringindo aos profissionais da psicologia a oferta de supostas terapias de reversão da homossexualidade. Entre outras considerações, a resolução reconhece “que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” e “que a

² As gravações desta Audiência Pública foram publicadas pelo canal “Os Ex-Gays.Com” e estão disponíveis na internet em: <https://www.youtube.com/c/ExGays> (Acesso em 29/03/2022).

³ Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo PDC 234/2011, apresentado pelo então deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Evangélica, João de Campos.

Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações” (CFP, 1999).

Em seu estudo sobre o preconceito sexual internalizado, Adriana Silva (2007) nos mostra que a premissa central destas “terapias”, conhecidas como “terapias de conversão”, é de que a homossexualidade é patológica, moralmente errada, socialmente indesejável ou um pecado. De acordo com ela, a base epistemológica de tal procedimento seria resultado de distorções em certas teorias psicanalíticas e comportamentais, e, o público-alvo destas práticas seriam os “homossexuais com preconceito internalizado”.

Neste ponto, o que precisa ser problematizado é a dicotomia interno/externo quando falamos sobre a subjetividade humana. Pergunto: quão “externos”, polifônicos e insistentes são os discursos hegemônicos que associam o desejo homossexual à inferioridade, à anormalidade e à infelicidade? Há alguém que, independente de suas práticas e desejos sexuais, escape destes discursos sobre o homoerotismo? Tais discursos podem ser ora mais sutis e ora mais explícitos, mas, inquestionavelmente, estão por toda parte, e, por isso, também “dentro” de nós.

Não obstante a importante saída da categoria diagnóstica “homossexualismo” Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria Americana (onde esteve entre 1952 e 1968) e da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (onde esteve entre 1948 e 1990), o desejo de não ser homossexual manteve-se patologizado, com a - estranha - categoria “homossexualidade egodistônica” (até 1987, no DSM-III e, até o início deste ano, na CID-10). Grosso modo, tal categoria vê como uma patologia o sofrimento vivido por sujeitos que, a despeito de seu desejo homoerótico, não desejam ser homossexuais e por isso muitas vezes negam e repudiam seus próprios sentimentos.

No Brasil, com a estratégia de agarrar-se ao diagnóstico de *homossexualidade egodistônica*, uma panacéia de supostas práticas “científicas” de “reversão sexual” do desejo homoerótico foi articulada, à revelia das decisões do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de não considerar a homossexualidade como uma patologia, em 1985 e em 1999, respectivamente.

Em síntese, podemos constatar que, com teorias distorcidas e retiradas do contexto em que foram escritas, houve neste conflituoso percurso histórico aquilo que o

psicanalista Thamy Ayouch (2015) chamou de um “verdadeiro esforço para tornar o outro louco”⁴. Sendo este outro, encarnado na figura do “homossexual”, lido como um doente da sexualidade, um doente do desejo.

“Não há cura para quem não está doente”, mas, inquestionavelmente, há o desejo de cura para quem se reconhece como doente, o que coloca em evidência que há uma norma desejanse decorrente da norma do desejo. Michael Warner (1993), em *Fear of a queer planet*, é quem nos apresenta o conceito de heteronormatividade para demonstrar como as relações heterossexuais são vistas na contemporaneidade como a norma, enquanto todas as outras formas de relações sexuais são vistas como desvios dessa norma. Na esteira desta análise, pode-se constatar que uma importante característica é compartilhada pela heterossexualidade e pela homossexualidade: são ambas o resultado de estratégias linguísticas que devem ser ativas e reiteradamente reproduzidas. Ou seja, são posições de sujeito que estão sujeitas à iterabilidade da linguagem e que são intimamente dependentes uma da outra. Como apontou Deborah Britzman (1996): “Nenhuma identidade sexual - mesmo a mais normativa - é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. (...) toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada. (p. 74).

A paixão pela identidade, ou, a paixão pela verdade da identidade, é, deste modo, uma *paixão pela ignorância* (BRITZMAN, 1998). Uma paixão que funciona como uma defesa de um eu ideal e relaciona-se com a servidão (por vezes inconsciente) aos ideais sociais de normalidade e estabilidade. Tais ferramentas teóricas são úteis na medida em que evidenciam aquilo que é negado e repudiado para a apresentação de uma identidade estável de quem “supomos que devemos ser”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresento um dos eixos de análise da Audiência Pública citada na introdução. Os eixos de análise desta pesquisa emergiram a partir da análise de conteúdo dos discursos da referida Audiência e, o que segue foi selecionado por sua relevância e pelo limite característico de um resumo expandido.

⁴ Tais teorias “científicas” são apresentadas com rigor na supracitada tese de doutoramento de Silva (2007) e no livro “Psicanálise e Homossexualidades” de Ayouch (2015).

A “verdade” sobre a homossexualidade

Defendendo a possibilidade de oferta de um tratamento psicológico para aqueles que “não querem ser gays”, participaram da mesa principal da Audiência Marisa Lobo (apresentada como especialista em saúde mental e em filosofia dos direitos humanos), e os intitulados “ex-gays” Raquel (estudante de psicologia e radialista), Robson (pastor, cantor evangélico e conferencista), Joide pastor, conferencista e escritor) e Arlei (pastor evangélico).

De modo geral, com histórias muito parecidas, permeadas por denúncias de violências na infância e por agradecimentos às igrejas, às famílias e à religião, todos associam inequivocamente a homossexualidade ao efeito de um “abuso sexual”. Interessante notar, é que todos são lidos como “ex-gays” e não “ex-lésbicas” ou “ex-trans”. A bissexualidade também, para que os próprios argumentos binários em relação à sexualidade se sustentassem, não foi sequer mencionada.

Raquel relata ter sido “abusada aos onze anos” e associa isso a uma “repulsa aprendida pelo sexo masculino”, afirmando ainda com convicção que, “dos cinco gays de sua sala de aula, quatro foram abusados”. Robson diz, acompanhado por sua esposa também deponente, que “só foi gay entre os 13 e os 20 anos porque algo muito terrível aconteceu em sua vida”: um recorrente abuso sexual que, em suas palavras, “o teria viciado na prática homossexual”, fazendo-o sentir-se “sujo para qualquer mulher”. Para ele, “a grande maioria dos psicólogos é uma fábrica de homossexuais. Aquilo que é certo, se torna errado na psicologia”. Joide associa sua homossexualidade à ausência paterna e ao fato de ter vivenciado seis anos de abuso sexual na infância. Em sua fala, apresenta o “homossexualismo” (sic) como “uma conduta aprendida que pode ser desaprendida”, pois, ele próprio “precisou de uma psicóloga que o ajudou com sua alma dilacerada”.

Arlei continuou na defesa da possibilidade de “tratar os gatilhos que nos levaram a ser homossexual”, relatando também uma história de abuso sexual que durou por três anos e que, sendo a homossexualidade um comportamento aprendido, a “terapia de reversão” tem o objetivo de torná-lo como era “quando nasceu”. Uma frase é comum nos quatro depoimentos: “eu nunca fui gay”, todos, afinal, supostamente precisavam apenas de um “tratamento psicológico” para deixarem o desvio da norma que os habitava desde sempre.

Não está em questão a violência sexual sofrida por estes sujeitos, ou seja, se os deponentes apresentados foram ou não foram vítimas de tal violência. Tampouco questiona-se aqui a fluidez da sexualidade, inclusive, pensamos ser tão antiga quanto a própria ideia de um “sujeito da homossexualidade”, a recusa desse sujeito em si e a existência de pessoas que vivem vidas “duplas” para que possam esquivar-se do ostracismo social direcionado aos que são publicamente homossexuais e, desta forma, manter seus privilégios heterossexuais. O problema é tomar como uma verdade absoluta o constructo discursivo de que “toda homossexualidade é efeito de um abuso sexual que espera para ser elaborado”. Ao ascender suas “verdades” ao patamar de “única verdade”, e, ainda reivindicar para elas o peso da ciência psicológica, o que fazem tais “terapeutas e seus pacientes”, é deixar de fora toda uma gama de humanos da própria categoria de humanidade.

Se, com a psicanálise, podemos pensar a identidade sempre em movimentos identificatórios provisórios (AYOUCH, 2015), cabe perguntar: que identificações são possíveis com os patéticos estereótipos de sofrimento “gay” apresentados na Audiência Pública em questão e nos mais variados espaços que são hostis e violentos em relação às práticas homoafetivas, tornando-as ininteligíveis e indignas socialmente? Formulando a questão de outras formas: O que é preciso ser ignorado para manter estes corpos não heteronormativos sempre nesta posição de vítimas passíveis de sofrimento? Quem gostaria de ocupar este lugar do ostracismo e da subalternidade representado por tais personagens? O sofrimento apresentado por pessoas em conflito com sua orientação sexual homoerótica é afinal de ordem psiquiátrica, ou, como sugerem Carvalho e Meneses (2021), de ordem ético-política?

Levando este questionamento em consideração, podemos vislumbrar o quão simbolicamente violenta é a tentativa de associar a “verdade” da homossexualidade à violência sexual, como fazem de modo reducionista as personagens da Audiência, promovendo um verdadeiro pânico moral⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ Rozangela Justino, auto-intitulada *psicóloga cristã* e uma das maiores entusiastas da “cura gay” no Brasil, afirma enfaticamente em entrevista para a Folha de S.Paulo em 2009 que a homossexualidade é uma doença que estão querendo implantar em toda a sociedade. Em suas palavras: “Há um grupo com finalidades políticas e econômicas que quer estabelecer a liberação sexual, inclusive o *abuso sexual contra criança*. Esse é o movimento que me persegue e que tem feito alianças com conselhos de psicologia para implantar a ditadura gay” (cf. GONÇALVES, 2019).

Um último ponto relevante é que o argumento majoritário do movimento “ex-gay” na Audiência é relacionado ao *direito* de querer mudar, dizem até mesmo que a “verdade é revolucionária” e que sofrem “duplo preconceito”, considerando a si mesmo como “a minoria das minorias”. Como bem observa Alexandre Gonçalves (2019), após terem perdido o respaldo “científico” da categoria patologizante “orientação sexual egodistônica” (que, inclusive serviu de base para decisões judiciais contrárias à Resolução 01/99 do CFP em 2017), os entusiastas da “cura gay” têm articulado suas práticas e discursos na chave do direito, usurpando inclusive o sentido dos Direitos Humanos e do que está previsto na Constituição Federal de 1988. Este é um ponto importante para o seguimento da análise aqui apresentada⁶.

Ademais, torna-se importante seguir esta discussão considerando também as interlocuções e parcerias políticas que os atores da “cura gay” têm realizado em âmbito internacional, visto que esta é uma problemática comum em vários locais do globo articulada ao sintagma “ideologia de gênero” (cf. JUNQUEIRA, 2018).

Seja pela via da ciência ou pela via do direito, podemos identificar discursos que historicamente têm patologizado e criminalizado experiências e identidades não heteronormativas. Seguindo uma proposição de Marcos Garcia e Amana Mattos (2019), em nossas estratégias políticas em resistência aos discursos da “cura gay” pode ser necessário que o foco se dê em questões éticas e na importância da laicidade, pois, como a história nos mostra, muitos discursos científicos e jurídicos se mostraram inseparáveis de concepções de base religiosa.

REFERÊNCIAS

AYOUCH, Thamy. **Psicanálise e homossexualidades**: teoria, clínica, biopolítica. Curitiba: CRV, 2015.

BRITZMAN, Deborah. **Lost subjects, contested objects**: Toward a psychoanalytic inquiry of learning. New York: Suny Press, 1998.

_____. “O que é esta coisa chamada amor?: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, 21(1), 1996, pp. 71-9

⁶ O fato de que em agosto de 2019 a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ter recebido Rozangela Justino e o Movimento de Ex-Gays do Brasil (MEGB) em seu ministério afirmando publicamente que acolheria demandas de pessoas ex-homossexuais é flagrante desta estratégia política.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

CARVALHO, Mário; MENEZES, Moisés. **Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA DO BRASIL. **Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999**.

GARCIA, Marcos; MATTOS, Amana. “Terapias de conversão”: histórico da (des) patologização das homossexualidades e embates jurídicos contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 39 nº 3: 49-61, 2019.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. “Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da ‘cura gay’”. **Religião & Sociedade**, vol. 39, nº 2: 175-199, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

SILVA, Adriana. **Homossexualidade e Discriminação**: o preconceito sexual internalizado. Tese de doutorado em Psicologia. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

WARNER, Michael. **Fear of a Queer Planet**: queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.